

2021

RELATÓRIO TÉCNICO

101

Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	101		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.		
Número do processo:	25000.488903-2017-98	Número do SIAFI:	
Data de início	06/09/2018	Data de término:	06/09/2023

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$6.204.660,00
TA:	2	recurso	R\$22.313.288,00
Valor Total no TC:			R\$ 28.517.948,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde (SVS/MS)		
Responsável:	Giovanny Vinícius Araújo de França		
Endereço:	SRTVN 701, Via W5 Norte, Ed. PO700, 6º andar CEP: 70719-040		
Telefone:	(61) 3315-7701	E-mail:	giovanny.franca@saude.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

Área técnica	Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental (UT NMH)		
Responsável:	Socorro Gross Galiano		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61)32519516	E-mail:	grossoc@paho.org

2. CONTEXTO

Com relação às ações sob o escopo da Coordenação-Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT/DASNT/SVS/MS) junto às suas contrapartes na Unidade Técnica de Determinantes Sociais da Saúde, Doenças Crônicas Não-Transmissíveis e Saúde Mental (UT-NMH OPAS/OMS BRA), com o balanço do primeiro semestre do ano de 2021, foi realizado o planejamento estratégico da coordenação, com a proposição de entregas de trabalho alinhadas às prioridades da gestão e levando em consideração o contexto vigente da pandemia da Covid-19. Uma destas ações foi a entrega do Plano de DANT, que está em processo de diagramação. Com o balanço das atividades de 2020 e o planejamento para 2021, o Plano Interno de Advocacy está em fase de readequação para atender às entregas propostas pela coordenação neste ano. Houve avanços na discussão do desenvolvimento da metodologia nacional para o cálculo Álcool Per Capita (indicador do ODS) e das aproximações virtuais realizadas junto as nossas contrapartes dos estados e municípios, que estão descritas neste relatório. Foram realizadas análises e sistematização de dados sobre os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a mortalidade por homicídios, suicídios e tentativas de suicídios no Brasil. Além disso, para 2021, foi proposto o Plano de Comunicação que versa sobre a comunicação interna e externa da Coordenação, auxiliando na disseminação da informação produzida pela área técnica.

Com relação às ações no âmbito do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis (CGIAE/DASNT/SVS/MS), junto às suas suas contrapartes na Unidade Técnica de Vigilância, preparação e resposta à emergências e desastres (UT-PHE OPAS/OMS BRA), a pandemia pelo COVID-19 tem elevado as demandas aos sistemas de informação, em especial aqueles gerenciados pela Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis. Os gestores federais, estaduais e municipais têm precisado dados sobre morbidade, mortalidade e nascimentos para poder implementar políticas para enfrentamento da pandemia e para o monitoramento de indicadores de políticas em andamento. Neste cenário do primeiro semestre de 2021 as atividades programas visaram em assegurar os processos que se realizam com os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) que tem caráter e cobertura nacional, assim como as ações de Análises de Situação em Saúde e da Vigilância do óbito materno e infantil e da Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO).

3. 1º SEMESTRE DE 2021

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Cultura de paz promovida, ações de prevenção das violências e acidentes promovidas e Sistema de vigilância de violências e acidentes aprimorados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de municípios com notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Alcançar 85% de cobertura de municípios com notificação de violências por meio de capacitações e realização de pelo menos 1 reunião técnica anual. Elevar em 15% o número de municípios com ações de segurança viária/ Programa Vida no Trânsito por meio de realização de treinamentos e curso EAD.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações aqui comentadas abordam atividades relacionadas ao Resultado Esperado (RE) 1 nos marcos dos Termos de Ajuste (TA) 1 e 2 do Termo de Cooperação 101 que iniciaram a vigência no 2º semestre de 2020, aqui apresentadas na ordem em que as Ações foram dispostas no Plano de Trabalho (PTA) deste TC.

Relativamente a apoiar ações relacionadas à vigilância e prevenção de violência e acidentes e fortalecimento da cultura de paz tem-se que, em sequência ao Fórum de DANT online e a avaliação dos Núcleos de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde (NPVPS), iniciada no semestre anterior, foi elaborado um plano de análise para a avaliação dos dados, que será publicado em um relatório no segundo semestre de 2021. Nesse contexto, foi realizada a análise do impacto da pandemia de COVID-19 sobre a mortalidade por suicídios no Brasil, a mortalidade por

homicídios e a análise da série histórica das tentativas de suicídio no Brasil, no período de 2011 a 2020. Estas análises são de fundamental importância para o direcionamento e avaliação das políticas vigentes. Sob a governabilidade desta coordenação está a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMMVA). A avaliação da PNRMMVA foi realizada em parceria com o CLAVES/FRIOCRUZ no ano de 2020. Esta cooperação técnica apresentou, para colaboração após a análise preliminar dos resultados da avaliação, a proposta de uma matriz de capacitação junto aos entes federados para o ano de 2021 com objetivo de implementar a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências objeto de avaliação nos próximos anos. Ademais, realizou o mapeamento e análise das potencialidades e evidências da Safe Communities para subsidiar o fortalecimento da Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências e da Política Nacional de Promoção de Saúde. Outra ação estratégica utilizando o Advocacy foi a participação do Em Frente Brasil, com a apresentação das fichas de ações da Secretaria de Vigilância em Saúde para que pudessem ser discutidas no âmbito do Programa.

No que concerne a apoiar ações relacionadas à redução de morbimortalidade no trânsito, com ênfase no Programa Vida no Trânsito, foi entregue a proposta de roteiro orientadora junto às Secretarias Estaduais de Saúde com vistas a expansão e fortalecimento do Programa Vida no Trânsito, explicitando suas principais fragilidades, potencialidade e desafios para subsidiar a equipe técnica do Ministério da Saúde no desenvolvimento desta agenda. Um avanço em 2021 foi a incorporação da plataforma do PVT ao servidor do Ministério da Saúde e haverá o treinamento de novos municípios em parceria com a UFG. A minuta de Portaria compreendendo a formalização do Programa Vida no Trânsito (PVT) em sua nova versão, recebeu da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde recomendações que implicaram em rediscussão nas estratégias e funcionamento do programa, o que impediu o lançamento e apresentação da nova versão do PVT junto as UF, das quais se espera um protagonismo mais pronunciado junto aos municípios. A portaria, no entanto, ainda não foi publicada. As estratégias para as ações do PVT fazem parte do planejamento da coordenação para 2021.

Como integrantes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e para fins de participação de forma eficaz neste fórum, a coordenação elaborou a proposta de monitoramento e análise das alterações da legislação de trânsito no Brasil para subsidiar as manifestações do Ministério da Saúde no CONTRAN e a implementação do Programa Vida no Trânsito.

Quanto à realização de capacitação para jornalistas com foco em segurança viária, deram-se entendimentos para desenvolver a capacitação do conteúdo. A execução da proposta foi desenhada com a ONG Vital Strategies com a inclusão da temática de atividade física e poluição do ar, fazendo integração com a Agenda Convergente. Foi elaborado o plano de trabalho contendo as atividades e responsabilidades de cada ator na proposta. A realização do treinamento estava prevista para o primeiro semestre de 2021, porém teve que ser adiada para o segundo semestre por motivos de agenda.

As temáticas do trânsito, saúde mental e violências estão contidas, também, na agenda internacional da coordenação, sendo parte das análises de projeção e monitoramento dos indicadores globais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 que estão sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis. Desta forma, foi elaborada a proposta de monitoramento da implementação das Metas Globais de Desempenho para a Segurança Viária, estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, para avançar no alcance da meta para 2030. Como parte do monitoramento e projeção das metas dos ODS também se destacam o monitoramento das taxas de mortalidade por suicídio e violência e o cálculo do indicador do Álcool per capita (APC). A cooperação deu início ao desenvolvimento da metodologia nacional de cálculo do APC em 2020. Em 2021, por meio de webinars, os dados do Brasil foram apresentados para especialistas da OPAS (WDC) e do Center for Addiction and Mental Health (CAMH) do Canadá e estão sendo discutidos. A oficina para a validação da metodologia nacional está proposta para o segundo semestre de 2021.

A coordenação continua a realizar a articulação interfederativa com estados e municípios para fortalecimento da vigilância e prevenção de acidentes através do uso de ferramentas on-line como o Teams para reuniões, bem como plataformas virtuais para realização de eventos por meio de webinar sobre o tema.

Sobre as ações relacionada a apoiar ações de qualificação da vigilância de violências e acidentes e revisão do componente sentinela desta vigilância e aprimoramento do sistema de vigilância de doenças e agravos não-transmissíveis e disseminação das informações e análises produzidas. (RE1 AÇÃO 4 TA 1 e RE1 AÇÃO 4 TA 2, respectivamente), a coordenação apresentou a proposta para revisão da ficha de notificação do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes - Viva Contínuo (Sinan) bem como desenvolveu o método de relacionamento dos dados entre o Sistema de Informações sobre Mortalidade e Sistema Nacional de Notificação de Agravos de Notificação no período de 2017 a 2019.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Sem observações para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Como referido em nosso informe do 2º SEM/2020, o número de notificações esperadas foi abaixo do previsto, em provável hipótese do impacto da pandemia nos serviços, sobrecarregando aos profissionais de saúde, ademais as questões operacionais de digitação e repasse das informações ao nível central. Para mitigar tal questão, a CGDANT continua trabalhando na avaliação da ficha de notificação, na automação de processos e em estratégias tecnológicas para a obtenção do dado de modo mais qualificado, de melhor acesso e em tempo oportuno de uso a exemplo da Anonimização das bases de dados do Vigitel (2006-2019), Sinan Violências (2007-2018) e inclusão da variável setor censitário para disponibilização pública das bases por meio das plataformas virtuais de domínio do Ministério da Saúde e a plataforma de rápido acesso para mitigação da acidentalidade.

Em 2019 havia 52 municípios com ações do PVT implementadas. Em 2020 foram 54 municípios atingindo apenas 4% de aumento. Apesar da estratégia para a implementação de ações ser por meio de treinamentos e cursos EAD, os quais estão sendo realizados, a meta para o Programa Vida no Trânsito deve ser avaliada a partir das ações a serem disparadas após a publicação da Portaria que contempla a rediscussão nas estratégias e funcionamento do programa.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ações da Política Nacional de Promoção da Saúde implantadas e implementadas em estados e municípios.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de estados e municípios com ações de promoção da saúde implementadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos estados e capitais e/ou municípios com população acima de 1 milhão habitantes com ações de promoção da saúde implementadas; Realização de, pelo menos 2, Seminários da Política Nacional da Promoção da Saúde. Pelo menos 1 publicação anual sobre Promoção da Saúde. Realização de pelo menos 1 reunião técnica anual para a implantação da PNPS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Diversas ações iniciadas em 2020 foram continuadas durante o 1º semestre de 2021, com destaque para o Edital em comemoração aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), lançado no final de 2020, que tem como objetivo central a elaboração de obras técnicas que visam contribuir para a implementação da PNPS junto aos Estados e Municípios de maneira articulada com o Ministério da Saúde. As equipes de curadoria para a seleção e o acompanhamento da elaboração das Obras Técnicas/Cadernos/Guias foram formadas e deram seguimento à seleção dos projetos nos seguintes temas: Promoção da Saúde na formação de profissionais e na produção do conhecimento: graduação, extensão e pesquisa, Promoção da Saúde e Educação Básica e Educação permanente para a promoção da saúde, Promoção da Saúde e Cidades, Promoção da Saúde e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Promoção da Saúde na Vigilância em Saúde de Doenças e Agravos Não Transmissíveis Integrada e Promoção da saúde e o problema da Poluição atmosférica. Está em processo de efetivação a contratação das instituições para a execução dos projetos.

As publicações fazem parte da estratégia da coordenação para apoiar a implementar a Política Nacional da Promoção da Saúde, hoje sobre a governabilidade do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária em Saúde. Com este processo espera-se vincular novas instituições e pesquisadores à implementação da PNPS, como proponentes, coordenadores, coautores e equipes de curadoria. A elaboração dos Cadernos Promoção da Saúde e as

Cidades, Promoção da Saúde na Vigilância em Saúde de Doenças e Agravos Não Transmissíveis Integrada e Promoção da Saúde e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram iniciadas.

Foi realizada a reorganização do conteúdo do site da SVS, inserindo na área temática de vigilância de doenças e agravos não transmissíveis um campo específico sobre a promoção da saúde. A publicação das Obras Técnicas ficará vinculada a este campo no site da SVS. No semestre, também foi lançado o primeiro produto que é o Caderno de Promoção da Saúde: Aproximações ao tema. O caderno tem como objetivo introduzir o conceito e a abrangência da promoção da saúde.

Outras ações realizadas no período abrangeram temas como suicídio, acidentes de trânsito, violências, vigilância de Doenças e Agravos Não transmissíveis, com a realização de webnários com as equipes de DANT dos Estados e Municípios, dando continuidade à aproximação entre os entes federados. Segue em elaboração, porém, já em fase de finalização, a série de treinamentos que contribuirão com a capacitação das equipes dos estados em municípios para a análise de dados no nível local, definição e monitoramento de indicadores, para melhor capacitar a vigilância de DANT no Brasil

Com a presidência pro tempore do Mercosul assumida pelo governo brasileiro e a participação da Coordenação de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT) na Comissão Intergovernamental de Doenças Não Transmissíveis, foi elaborado um plano de trabalho, para execução no 2º semestre de 2021, que inclui o fortalecimento da Promoção da Saúde na Região das Américas, por meio de ações ligadas à regulação dos entornos saudáveis, implementação das iniciativas HEARTS e SAFER (linhas Promoção da Saúde), publicação da série de Obras Técnicas/Cadernos em espanhol e o estímulo ao desenvolvimento da promoção da saúde e prevenção dos Fatores de Risco e das DCNT, bem como a validação de indicadores para acompanhar as metas da Agenda 2030.

O desenvolvimento de cursos de Promoção da Saúde e desigualdades em saúde para construção de competências e habilidades dos servidores sobre análise de desigualdade e apoio técnico-gerencial, para apoiar os estados no desenvolvimento de ações de prevenção de DANT e promoção da saúde, estão incluídos no plano de Educação Permanente. A previsão é que o primeiro curso seja desenvolvido no 2º semestre de 2021 pela Coordenação de Garantia da Equidade em Saúde/DESF/SAPS com a participação e parceria da CGDANT.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o semestre, aproveitando a oportunidade do planejamento estratégico e reformulação das atribuições da CGDANT, foram realizadas reuniões para conhecimento e pactuação de processos de trabalho entre as equipes da coordenação e a OPAS. O plano de trabalho traçado está em processo de implementação e ajustes.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Considerando que as ações previstas junto ao 1 TA, RE 2 incluem violências e DANT, além da Promoção da Saúde, e considerando ainda a mudança da coordenação da Política Nacional de Promoção da Saúde para outra Secretaria do MS, sugere-se a readequação da Matriz Lógica, especialmente quanto aos indicadores e metas, e revisão do PTA 2021, de forma a estar adequado ao contexto atual e às ações desenvolvidas. A readequação da ML e revisão do PTA serão realizadas no 2º semestre de 2021.

Quanto ao 2 TA, estão sendo realizadas atividades de aproximação entre os temas da vigilância e promoção da saúde, com a elaboração de 20 cadernos de promoção da saúde para gestores e equipes de saúde. O primeiro caderno "Promoção da Saúde: aproximações ao tema", já está disponível e foi traduzido para o inglês e o espanhol.

As Obras Técnicas/Cadernos estão sendo elaboradas para impulsionar a implementação da PNPS junto aos Estados e Municípios, com enfoque na atuação local de gestores e equipes de saúde com a participação das comunidades, contribuindo para o alcance da meta de implementação de ações de promoção da saúde nos territórios.

Também, está previsto para o segundo semestre a realização do evento em comemoração aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, que incluirá o componente de vigilância de iniciativas de Promoção da Saúde no Brasil.

Estas atividades contribuem para o alcance das metas previstas, especialmente no 2º TA. Entretanto, recomenda-se a revisão de alguns termos utilizados no texto das metas, de forma a estarem mais adequados ao novo papel do Departamento em relação à Promoção da Saúde e à PNPS.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Bases de dados integradas e sistemas de Informação aprimorados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento do percentual de registro de óbitos com causa definida nos estados Aumento da Cobertura do SINASC e qualidade do preenchimento da declaração de óbito e de nascido vivo.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	95 % de causa definida de óbito SIM, 99% de cobertura do SINASC, Desencadear ao menos 1 atividade anual de busca ativa de nascimentos e óbitos nos Estados e Municípios orientada por bases de dados integradas com outros setores. Realização de pelo menos 1 encontro anual para qualificação da causa de óbito.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	8
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	6

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2021, foram implementadas melhorias evolutivas no e-SUS Notifica para adequar a ficha de notificação de casos de síndrome gripal leve e moderada suspeitos de Covid-19, e também para a implantação de novos módulos conforme descrito a seguir:

- Inclusão do campo destinado ao registro de pessoas pertencentes aos povos e comunidades tradicionais.
- Inclusão de variáveis relacionadas à vacina de Covid-19 na ficha de notificação.
- Melhorias no sistema, como a alteração nos campos relacionados aos exames para confirmação de Covid-19, para que seja possível a inclusão dos resultados de todos os tipos de testes.
- Atualização dos materiais técnicos do sistema, como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de Covid-19.
- Aprimoramento e atualização de códigos em ambiente R para curadoria e análise de dados, bem como de instrutivos para utilização (e.g. <https://github.com/ronaldoalves-ms/esusnotifica>).
- Desenvolvimento de painel interativo em Shiny R para análise administrativa dos dados e análise da situação epidemiológica das notificações no sistema. (em andamento)
- Desenvolvimento do módulo de Monitoramento de contatos de indivíduos que tiveram contato com um caso suspeito de COVID-19.
- Homologação assistida com técnicos indicados pelo CONASS e CONASEMS para validação/aprovação do módulo de Monitoramento de Contatos; Elaboração do instrutivo de preenchimento da ficha e dicionário de dados de monitoramento de contatos de caso suspeito/confirmado de Covid-19 e lançamento do módulo de monitoramento de contatos (maio/2021).
- Desenvolvimento do painel de visualização de informações de notificações enviados via Robô Notifica por sistemas de informação próprios dos seguintes estados: PR, ES SC (Florianópolis); RS (Porto Alegre). (em andamento)
- Integração com a RNDS: aprimoramento do sistema e-SUS Notifica para atender às necessidades previstas na portaria nº 1792 de 17/7/2020 que versa sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios em todo território nacional.

SIM e SINASC:

Foram realizadas ações contínuas para agilizar, acompanhar e monitorar a atualização e a integridade dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc e do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, visando a garantia da tempestividade dos dados coletados e enviadas por estados, municípios e o Distrito Federal para compor a base federal desses sistemas de informação no âmbito do Ministério da Saúde. A partir dessas ações, foram elaborados três relatórios, a saber:

* Avaliação do indicador de proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em

Saúde (PQA-VS) no ano de 2019 em comparação ao ano de 2018;

* Elaboração e envio dos relatórios preliminares e final do PQA-VS referente ao SIM do ano de 2019, em que 3.039 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 3.493 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 3.508 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).

Para o SINASC, também foram elaborados e enviados os relatórios preliminares e final do PQA-VS do ano de 2019, em que 4.322 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 3.851 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 3.625 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).

Avaliação do monitoramento da regularidade na alimentação SIM e Sinasc, para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde no ano de 2019.

* Foram entregues os relatórios mensais referente ao ano de 2019, com a síntese da avaliação de UF e municípios, quanto a regularidade na alimentação dos sistemas SIM e SINASC.

Avaliação de consistência dos dados das variáveis obrigatórias que compõe o SIM e Sinasc referente ao ano de 2020.

* Foi elaborado e compartilhado um guia para orientar gestores e técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde quanto ao tratamento das bases de dados do SIM e do Sinasc, visando ao aprimoramento da qualidade dos dados de mortalidade e de natalidade do Brasil de 2020. Esse guia contribuiu para que o Ministério da Saúde, com a colaboração adicional das SES e das SMS, tivesse a oportunidade de publicar, com o máximo de qualidade possível, as versões preliminares dos bancos de dados de disseminação do SIM e do Sinasc, referente ao ano de 2020, conforme determina a Portaria 116/2009 do Ministério da Saúde.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi atualizado para permitir a notificação de óbitos por Covid-19, o que incluiu a habilitação dos novos códigos da Classificação Internacional de Doenças - CID-10, definidos pela Organização Mundial de Saúde, como os códigos relacionados à Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), condição pós-Covid-19, eventos adversos pós-vacinação contra Covid-19 e reincidência de Covid-19.

SINAN:

Atualmente é possível notificar as doenças e agravos constantes na Portaria GM/MS nº 1.061, de 18 de maio de 2020, sendo facultado aos estados e municípios a inclusão de outros problemas de saúde importantes em sua região. No primeiro semestre de 2021, foram registradas 1.680.657 notificações no Sinan (versões NET e Online). Os casos de dengue representam 42% de toda a base de dados federal.

Atividades desenvolvidas:

- No primeiro semestre de 2021, análises realizadas, considerando diferentes cenários, permitiu a identificação de divergências entre as bases de dados estaduais e federal relacionadas ao recebimento de lotes do Sinan no Ministério da Saúde – MS. A partir desse trabalho, realizado em parceria com as áreas técnicas, responsáveis pela vigilância de doenças e agravos na SVS e também em algumas Unidades da Federação, foram solicitadas 06 demandas de manutenção corretiva e evolutiva) ao DATASUS para a versão vigente do Sinan e aplicativos auxiliares. O desenvolvimento de tais demandas é acompanhado semanalmente pela Unidade Técnica do Sinan em conjunto com o Datasus.

- Os dados anonimizados do sistema e-SUS VS do Espírito Santo estão sendo disponibilizados semanalmente nas pastas já existentes para compartilhamento dos dados do Sinan, específicas para cada doença/agravo, no servidor \srvdf035\GTSINAN_CI\ e \srvdf035\GTSINAN\ do MS. Foram atualizadas as bases de dados, disponibilizadas pelas áreas técnicas, para tabulação com auxílio do Tabnet e Tabwin (microdados) de 18 (60%) doenças/agravos.

- Foram realizadas seis rodadas de monitoramento da regularidade na alimentação do sistema de informação Sinan, com auxílio do Sinan Relatórios e SAPSS. Para os dados do e-SUS VS Espírito Santo (sistema próprio), o monitoramento foi realizado por meio da Microsoft Office 365 - Excel e, está em curso, a elaboração de um script para automatização do monitoramento provenientes deste sistema.

- Em junho, foi entregue o resultado final de 2020 referente ao indicador 06 –do PQA-VS “Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação” - PQA-VS a partir de dados do Sinan. Para os dados do e-SUS VS, Espírito Santo, o cálculo foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel.

· Foram iniciadas as atividades dos guardiões das bases de dados do Sinan no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Está em curso o primeiro trabalho para o público externo, em parceria com a Coordenação Geral de Vigilância das Doenças em Eliminação (Hanseníase).

RESP-Microcefalia:

- Elaboração de uma página para o sítio do MS: "Saúde de A a Z" sobre as Anomalias Congênitas (<https://bit.ly/3eKvXK7>);
- Disponibilização de dados sobre casos suspeitos de SCZ, provenientes do Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP – Microcefalia) para tabulação no TABNET (<https://bit.ly/2VXdjI5>);
- Disponibilização da base de disseminação do RESP - Microcefalia, dicionário de dados e arquivos DEF e CNV para tabulação no TABWIN (<https://bit.ly/3kHMsKv>).

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido à epidemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, o cronograma de ações relacionadas à homologação das versões 4.0 (online) do SIM e do Sinasc foi comprometido e será necessário uma reprogramação dessas ações para o segundo semestre de 2021, de maneira a compensar os atrasos ocorridos. As dificuldades encontradas até o momento para desenvolver as atividades do SINAN estão sendo contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações programadas no Plano de Trabalho Anual (PTA) foram realizadas de forma parcial comprometendo, desta forma, o alcance das metas no primeiro semestre de 2021. O planejamento do segundo semestre de 2021 incluirá a reprogramação de atividades, de maneira a compensar os atrasos ocorridos. Dessa forma, as ações serão desenvolvidas para que as metas sejam alcançadas durante a vigência desse Termo de Cooperação.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 Produção e análise da situação de saúde realizada.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Publicações de análise de situação de saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realização de 20 publicações anuais sobre análise de situação de saúde.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2021, foram elaborados 05 boletins epidemiológicos sobre os seguintes temas: (i) "Gravidez na adolescência"; (ii) "Mortalidade Materna"; (iii) "Principais causas de mortalidade de mulheres no Brasil"; (iv) situação epidemiológica da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika (SCZ) (<https://bit.ly/3wPqUxY>); e (v) situação epidemiológica de um grupo prioritário de anomalias congênitas para a vigilância ao nascimento (<https://bit.ly/3krcaCX>).

Foram elaborados três capítulos para o Guia de Vigilância em Saúde 2020 (em diagramação): (i) vigilância da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika e (ii) vigilância das anomalias congênitas; e (iii) vigilância da mortalidade infantil, fetal e materna"; e o Caderno de Análise e- SUS Notifica - Módulo Notificação Covid-19.

A seguir, é apresentada a produção técnica sobre preenchimento da Declaração de Óbito e sobre Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) no contexto da epidemia de Covid-19:

- * Orientações para o preenchimento e fluxo da Declaração de Óbito no contexto dos eventos adversos às vacinas contra a Covid-19;
- * Orientações sobre as causas de morte no contexto da Covid-19: respostas às perguntas mais frequentes;
- * Orientações para médicos: preenchimento da Declaração de Óbito no contexto da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) temporalmente associada à Covid-19;
- * Orientações sobre novos códigos de uso emergencial para causas de morte relacionadas às condições que ocorrem no contexto da Covid-19;
- * Codificações das causas de morte com menção da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) no contexto da doença causada pelo coronavírus;
- * Manual de vigilância do óbito no contexto da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), temporalmente associada à covid-19 no Brasil;
- * Relatório intitulado Mortalidade Materna e Covid-19: relacionamento entre as bases de dados do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

A seguir, são listados os artigos elaborados ou submetidos:

- * Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos: características, evolução e aplicabilidade (submetido).
- * Sistema de Informações sobre Mortalidade: breve histórico e características gerais (submetido).
- * Mortalidade infantil no Brasil: descrição da métrica de correção para o cálculo de indicadores do Ministério da Saúde (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).
- * Mortalidade perinatal no Brasil em 2018: análise epidemiológica segundo a classificação de Wiggleworth modificada (Aceito para publicação no periódico em Cadernos de Saúde Pública).
- * Lista de anomalias congênitas prioritárias para vigilância no âmbito do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do Brasil (<https://bit.ly/3rdAA4l>) (publicado).
- * Registros nacionais de anomalias congênitas no mundo: aspectos históricos e operacionais" (aprovado para publicação).
- * e-SUS Notifica: histórico e principais características de um sistema de informação desenvolvido em meio a pandemia da Covid-19' (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).

A seguir, são listados os projetos iniciados ou finalizados:

- * Projeto de "Mortalidade Materna" em parceria com a UFMG (em curso).
- * Projeto para "Construção de Cenários para o monitoramento da regularidade SIM e Sinasc para o PQAVS" (em curso).
- * Georreferenciamento para agregação de dados do Sinasc por setor censitário (concluído).
- * Curso de "Análise Espacial em Saúde" em parceria com a sala de situação da UnB. (concluída a fase de elaboração do curso).
- * Projeto-piloto "Vigilância e Atenção em Anomalias Congênitas", que está sendo desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, em parceria com Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de Carta Acordo com a Opas.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Foi realizada uma modificação dos processos de trabalho que demandavam o acesso às bases de dados identificadas, com dados pessoais e sensíveis, sob gestão da CGIAE/DASNT, o qual passou a ser feito no âmbito da Sala de Acesso Restrito. Essa alteração no processo de trabalho foi implementada para atendimento aos pressupostos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Com a produção e análises de situação de saúde realizadas no primeiro semestre/2021, a meta de 20 publicações anuais foi ultrapassada, tendo a CGIAE produzido 22 publicações no primeiro semestre de 2021.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) ampliados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento na proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil, infantis e fetais e aumento de óbitos atestados e notificados pelos SVO's e ODS 3.1 e 3.2.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos médicos patologistas pertencentes à rede nacional dos serviços de verificação do óbito capacitados para o correto diagnóstico de causas de morte e notificações de doenças/agravos de importância epidemiológica por meio de 1 treinamento anual. Realização de 10 visitas técnicas anuais para o monitoramento dos serviços. Revisão de 1 publicação científica com diretrizes para os serviços (SVO). Manutenção do painel WEB de monitoramento semestral dos dados produzidos pelo SVO.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre/2021, os principais produtos referentes à vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito foram:

- Revisão do conteúdo para treinamento de médicos multiplicadores quanto à emissão da Declaração de Óbito – DO.
- Atualização do protocolo nacional para investigação de óbitos sem causa definida, a partir do protocolo adotado durante a execução do projeto que evoluiu 60 cidades brasileiras que, por sua vez, fez parte do Projeto Dados para a Saúde realizado em parceria entre MS, UFMG, Bloomberg e Vital Strategies.
- Levantamento e análise dos cursos ofertados pelo Ministério da Saúde que apresentam interface com a Vigilância do óbito.
- Proposta de estruturação da estratégia de educação permanente, no contexto da vigilância do óbito, voltada para os profissionais de saúde que atuam nas esferas municipal e estadual da gestão do SUS.
- Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser celebrado entre o MS, representado pela CGIAE/DANST, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV para caracterização do perfil epidemiológico de óbitos de pessoas não identificadas nas bases de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do período de 2015 a 2020, a partir do desenvolvimento de algoritmo para seleção de tais óbitos no SIM. Atualmente, estão em curso os ajustes de detalhes jurídicos do ACT, os quais precedem a sua assinatura.
- Cálculo dos indicadores de oportunidade de notificação de óbitos maternos e infantis (até 30 dias da data de ocorrência) referente ao ciclo de avaliação de abril de 2021, realizado a partir dos dados do SIM de abril de 2020. Tais indicadores fazem parte do Plano Nacional de Saúde 2020-2023 e são monitorados por meio do Sistema de Monitoramento e de Planejamento (SIPLAM), sob gestão da Secretaria Executiva do MS.
- Elaboração de minuta de portaria que institui a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis - RNSVO, a qual foi encaminhada para a última etapa de análise pela Consultoria Jurídica do MS – CONJUR-MS antes de sua publicação.
- Participação no grupo de trabalho formado por MS e SESAI para elaboração de proposta de iniciativa educacional para o fortalecimento da vigilância do óbito materno e infantil direcionada às equipes da assistência, vigilância e atenção à saúde de povos indígenas (atividade realizada de janeiro a março/2021, finalizada com entrega da proposta à SESAI).

· Realização de 06 reuniões com as equipes dos Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis - SVO sobre orientações quanto à execução financeira do incentivo de custeio viabilizado pela Portaria nº 2.625, de 28 de setembro de 2020, relacionada ao fortalecimento dos SVO no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A realização de atividades não previstas inicialmente, relacionadas à epidemia de Covid-19, demandou esforços no âmbito da Vigilância do óbito materno e infantil e da Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO). Por isso, algumas atividades previstas para o primeiro semestre de 2021 não puderam ser realizadas. Devido ao contexto de pandemia de Covid-19, as visitas técnicas aos estados e as capacitações presenciais têm sido substituídas por webconferência.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Foi repassado recurso na modalidade incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, a estados, municípios e ao Distrito Federal que gerenciam as 43 unidades de SVO em funcionamento no Brasil, cujo total descentralizado foi de R\$ 66.375.000,00. Para esses SVO em funcionamento, foi realizado também estudo para estimativa de custos visando à descentralização de recursos para aquisição de equipamentos de uso nas salas de necropsia, bem como para aquisição de equipamentos para adequação dessas salas.

A previsão de repasse de recurso para aquisição de equipamentos é de R\$ 210.000.000,00. Para aquelas localidades sem SVO, mas que foram apontadas no estudo como prioritárias, foi estimado recurso para construção de 27 novos SVO com repasse de recursos correspondentes ao montante de R\$ 54.600.000,00.

Nesse período, houve uma intensificação de apoio e assessoria às gestões estadual e municipal contempladas no âmbito do incentivo financeiro federal, tanto nos esclarecimentos para elaboração dos projetos como no suporte para habilitação das propostas no Sistema do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

Quanto às prioridades de governo, destacam-se:

- PROGRAMA: 5023 - Vigilância em Saúde
- OBJETIVO: 1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle

Quanto às contribuições ao Plano Estratégico da OPAS, destacam-se os seguintes Resultados Imediatos (RIM) e respectivos indicadores:

- 6.2 Países e territórios habilitados para estabelecer procedimentos normalizados de trabalho, protocolos ou diretrizes nacionais a fim de fortalecer a resposta dos sistemas de saúde à violência (Indicador 6.2.a: Número de países e territórios que aplicam procedimentos normalizados de trabalho, protocolos ou diretrizes nacionais para a resposta do sistema de saúde à violência, em consonância com as diretrizes do OPAS e do OMS).
- 15.1 Países e territórios habilitados a fortalecer políticas e leis multissetoriais que promovem a segurança viária e reduzem os fatores de risco relacionados (Indicador 15.1.a: Número de países e territórios que possuem leis ou regulamentos de segurança viária para os cinco principais fatores de risco: velocidade, direção embriagada, uso de capacete em motociclistas, cinto de segurança e uso de dispositivos retenção para crianças).
- 15.2 Fortalecer a capacidade dos principais setores de prevenir a violência por meio da colaboração multissetorial (Indicador 15.2.a: Número de países e territórios que estão implementando um plano ou política nacional multissetorial para prevenir e responder à violência que abrange pelo menos os setores de saúde, justiça, serviços sociais e educação)
- 18.1 Países e territórios habilitados para abordar os determinantes sociais da saúde. (Indicador 18.a: número de países e territórios que elaboraram políticas, planos, programas e projetos de saúde nacionais, subnacionais e locais para abordar os Determinantes Sociais da Saúde e as desigualdades/iniquidades.)
- 19.4 Países e territórios habilitados para promover a saúde de maneira sistemática dentro e fora do setor saúde. (Indicador 19.4.a: Número de países e territórios que aplicam uma política nacional de promoção da saúde).
- 20.1 Países e territórios com poderes para desenvolver e executar planos nacionais para fortalecer sistemas de informação em saúde baseados em avaliação (Indicador 20.1 a: Número de países e territórios que realizaram uma avaliação e desenvolveram um plano para fortalecer os sistemas de informação em saúde)
- 20.2 Países e territórios com poderes para adotar e executar planos de ação nacionais para fortalecer a qualidade e a cobertura de estatísticas vitais (Indicador 20.2.a: Número de países e territórios que executam um plano de ação atualizado para fortalecer a qualidade e a cobertura de estatísticas vitais)
- 26.2 Países e territórios habilitados para executar políticas, planos e estratégias a fim de impulsionar a equidade em saúde. (Indicador 26.2.a: Número de países e territórios que executam políticas, planos e estratégias para impulsionar a equidade em saúde).

3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A articulação entre os Departamentos Análise de Situação de Saúde e Agravos Não Transmissíveis e o Departamento de Promoção da Saúde, para o lançamento e execução do Edital em comemoração aos 15 anos da PNPS, com o apoio da OPAS, potencializou e ampliou o alcance da iniciativa e certamente contribuirá para a integração entre estas áreas, também nos territórios que implementarão as obras técnicas/cadernos, posteriormente. A estratégia de constituição das equipes de curadoria para seleção e acompanhamento das Obras Técnicas, bem como o desenvolvimento dos projetos por meio de Cartas Acordo, está contribuindo para ampliar a rede colaborativa para implementação da PNPS.

Recomenda-se aproveitar a presidência pro tempore do Mercosul e a participação da Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT) na Comissão Intergovernamental como oportunidade para fortalecer a Promoção da Saúde na Região, também pode ser destacada como lição aprendida. Esta iniciativa irá contribuir para o intercâmbio de experiências entre países da Região e estabelecimento de projetos de cooperação internacional.

Sugere-se continuar avançando no advocacy pela integração entre os três níveis de gestão e no desenvolvimento da intra e intersectorialidade para a efetivação da promoção da saúde no país.

A comunicação permanente entre as equipes de CGIAE/DANST/SVS e a OPAS/OMS tem favorecido no desenvolvimento deste Termo de Cooperação. Esta prática tem agilizado os processos solicitados pela SVS/MS, especialmente na resposta às exigências de uma emergência em saúde pública como a do COVID-19, sem descuidar as atividades planejadas.

Esta cooperação técnica tem permitido também fortalecer as diversas equipes de apoio a gestão no enfrentamento da pandemia pelo COVID-19. Estas equipes formadas por especialistas de ampla experiência em saúde pública do país, e que se encontram concentrados em atender as demandas que chegam à SVS/MS.

3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	6	3	3	60%
2	2	2	0	90%
3	8	6	2	75%
4	4	2	2	60%
5	3	2	1	70%
Total:	23	15	8	71%

3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 6,091,121.60
Recursos desembolsados:	US\$ 1,880,559.60
Pendente de pagamento:	US\$ 394,566.85
Saldo:	US\$ 3,815,995.15